



SINDICATO DOS TRABALHADORES  
NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
NO ESTADO DE SANTA CATARINA

30 de Março de 2012-Número 45

Publicação do Sindicato  
dos Trabalhadores no  
Poder Judiciário Federal  
no Estado de Santa  
Catarina  
Filiado à FENAJUFE  
Rua dos Ilhéus, 118  
Sobreloja, sala 3  
Edifício Jorge Daux  
CEP 88010-640  
Centro - Florianópolis - SC  
Fone/fax: (48) 3222-4668  
imprensa@sintrajusc.org.br  
www.sintrajusc.org.br  
Produção: Míriam Santini  
de Abreu (MTb 8077/RS)  
Tiragem: 2.500 exemplares

# Governo e oposição se unem e entregam ao mercado aposentadoria dos servidores



Fotos: Míriam Santini de Abreu

**Leia mais sobre a Funpres nos próximos  
materiais impressos do Sindicato**

# Funpresp: aprovado em dois dias

Bastaram dois dias para o governo Dilma festejar uma conquista que presenteia o mercado financeiro com a maior entidade fechada de previdência complementar brasileira, na modalidade de contribuição definida, mas sem benefício definido.

O projeto de criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) foi aprovado terça-feira, 27, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e, na manhã de quarta, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na tarde de quarta, 28, o projeto não estava na ordem do dia da sessão do Senado, mas entrou como extrapauta em plenário e foi aprovado em votação simbólica.

Os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Roberto Requião (PMDB-PR) criticaram a entrega da previdência dos servidores ao mercado financeiro e aos bancos. Requião, porém, não registrou voto contrário, e Rodrigues, que pediu votação nominal, não estava no plenário quando o presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), anunciou a aprovação em votação simbólica. Portanto, não foi possível saber quantos senadores estavam no plenário ou se havia quórum. Os senadores não registraram seu voto. Agora, o projeto vai à sanção presidencial.

Com isso, fica autorizada a criação de três fundos de pensão, um para cada Poder - Executivo, Legislativo e Judiciário. Os servidores passam a receber no máximo o teto pago pelo INSS pelo desconto de 11% do salário - atualmente fixado em R\$ 3.916,20. Quem quiser um benefício maior terá que pagar uma contribuição à parte, que irá para fundos complementares. O governo também contribuirá para estes fundos, empatando o índice aplicado pelo funcionário, até o limite de 8,5%.

Para as entidades, a luta na arena política agora muda de endereço, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU). O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) for-

malizará representação para que seja realizada uma auditoria nos gastos da previdência do servidor público federal.

O Sindilegis também pleiteará que a Funpresp-Leg não seja instituída enquanto as três Casas não conhecerem a estimativa de impacto, durante o longo período de transição, sobre os limites de pessoal fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, requisito que o Governo deixou de cumprir durante a tramitação da matéria no Congresso Nacional. Vale lembrar que o governo sempre cita a Lei de Responsabilidade Fiscal quando quer barrar iniciativas que atendam os servidores. Dois pesos, duas medidas.

O Sindilegis denuncia que representantes do governo afirmaram em rede nacional que o déficit gerado pelos servidores civis federais teria sido de 36 bilhões de reais em 2011, enquanto o próprio relator do PLC 2/2012, do Funpresp, senador José Pimentel, apresentou em seu parecer uma necessidade de aporte de recursos do Tesouro Nacional de apenas 27,9 bilhões de reais. A análise dos demonstrativos oficiais de 2011 publicados pelo Ministério da Fazenda sobre os gastos da União com a previdência do servidor também tem discrepância entre os números de mais de 14 bilhões de reais.

Pouco antes da sessão no Senado, que começou por volta das 16h30 e terminou menos de duas horas depois, os servidores realizaram um ato político com debate sobre a Previdência, que lotou o auditório Petrônio Portela, no Senado.

Os trabalhadores também participaram da Marcha dos Servidores a Brasília, protesto que integra a campanha salarial nacional da categoria. **A delegação do SINTRAJUSC acompanhou a Marcha e o debate.** Leia mais sobre o Funpresp no texto ao lado.

*Com informações do SINTRAJUSC, do Sintrajud e do Sindilegis*



# Governo não cede ao reajuste linear

O representante do governo federal na mesa de negociações com as entidades do funcionalismo público, Sérgio Mendonça (Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento) informou, na quarta-feira, 28, que o Palácio do Planalto não tem condições de definir uma política salarial linear e atender aos itens da pauta unificada da campanha salarial, entregue em 15 de fevereiro deste ano.

Em relação ao prazo de 31 de março, estabelecido pelas entidades nacionais para que o governo desse uma resposta às reivindicações, Sérgio Mendonça afirmou que não é possível trabalhar com essa data, sinalizando o dia 31 de julho como um prazo para responder ao Fórum

sobre quais pontos será possível negociar ainda este ano. "Prendemos dar uma resposta até o dia 31 de julho, não necessariamente para atender um ou outro ponto específico, mas para ver se teremos espaço para avançar em algo", informou.

Segundo Mendonça, a única reivindicação da pauta geral que o governo pode discutir para este ano é o reajuste dos benefícios. "A ideia é trabalhar para debater isso dentro do governo. Se tiver espaço, a gente negocia", disse, revelando a falsidade da "negociação", que só serve para o governo enrolar e ganhar tempo.

A política do Executivo está demonstrada e reafirmada: é de arrocho salarial e reajuste zero para todos os servido-



res públicos federais. O SINTRAJUSC irá continuar denunciando e combatendo todos esses ataques do governo Dilma.

## Valor a receber: desconhecido

O Funpresp será um plano de contribuição definida, mas o servidor não saberá o valor do benefício que irá receber. Tudo dependerá da gestão dos valores. No debate realizado no auditório Petrônio Portela, a auditora fiscal aposentada da Receita Federal do Brasil, Clemilce Carvalho, citou a derrocada de famílias que constituíram suas reservas em bancos, fundos e afins: Halles, Coroa-Brastel, Auxiliar, Econômico, Nacional, Bamerindus, Aerus (fundo de pensão dos empregados da Varig). Os poupadores ficaram sem apoio, mas os bancos puderam contar com recursos do Proer (o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, criado pelo Banco Central). Ela também citou o caso da Enron, gigante de energia dos Estados Unidos, que arrasou fortunas constituídas e agravou a crise financeira iniciada em 2008.

O plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de benefício definido é aquele

cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Já o plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida é aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Hoje, os planos de benefício definido estão acabando. Poranto o servidor passa a depender da forma como os seus recursos são aplicados no mercado e não tem garantia do valor que receberá na aposentadoria. O fundo Petros (funcionários da Petrobras), por exemplo, tem o modelo de benefício definido, mas essa modalidade está fechada e não aceita novos ingressantes.



